



LEI Nº 4.246, DE 27 DE MARÇO DE 2023.

Dispõe sobre a determinação contida no inciso XV do artigo 14 da Lei Orgânica do Município de Castelo, fixando os subsídios dos Vereadores a partir de 1º de janeiro de 2025 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTELO, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Os subsídios mensais dos vereadores do Município de Castelo, Estado do Espírito Santo, ficam fixados nos seguintes valores:

- I - R\$ 7.590,00 (sete mil quinhentos e noventa reais) a partir de 1º de janeiro de 2025;
- II – R\$ 8.121,30 (oito mil cento e vinte e um reais e trinta centavos) a partir de 1º de janeiro de 2026;
- III – R\$ 8.689,00 (oito mil seiscentos e oitenta e nove reais) a partir de 1º de janeiro de 2027; e
- IV – 9.298,07 (nove mil duzentos e noventa e oito reais e sete centavos) a partir de 1º de janeiro de 2028.

Art. 2º Será pago aos vereadores do Município de Castelo 13º (décimo terceiro) salário/subsídio.

§1º O 13º (décimo terceiro) salário/subsídio corresponderá a 1/12 (um doze avos), por mês de efetivo exercício, sendo pago da seguinte forma:

- I – a primeira parcela, no percentual de 10% (dez por cento) do valor devido, no mês de novembro; e
- II – a segunda parcela, no percentual de 90% (noventa por cento) do valor devido, no mês de dezembro.

§2º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de exercício será tomada como mês integral, para efeito do parágrafo anterior.

§3º Caso o Vereador deixe o cargo o 13º (décimo terceiro) salário/subsídio ser-lhe-á pago proporcionalmente ao número de meses de exercício no ano.



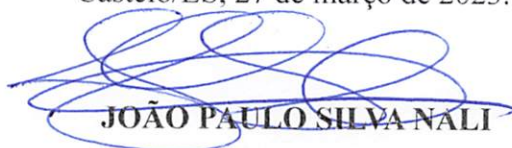
Art. 3º O período de férias acrescidas do pagamento do terço constitucional de férias aos vereadores corresponderá ao recesso parlamentar do mês de janeiro.

Art. 4º Nos termos do Regimento Interno da Câmara, a ausência injustificada de vereador nas sessões ordinárias, extraordinárias, especiais e preparatórias implicará em desconto nos subsídios proporcionalmente ao número de sessões realizadas naquele mês.

Art. 5º Os subsídios estabelecidos nesta Lei estarão sujeito aos tributos e contribuições previstos em lei bem como ao disposto no artigo 37, X, da Constituição Federal e artigo 80 da Lei Orgânica do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Castelo/ES, 27 de março de 2023.



JOÃO PAULO SILVA NALI

Prefeito de Castelo – ES